

Ismarth e Rangel já discutem o Estatuto

Da sucursal de
BRASÍLIA

A alteração de alguns pontos do Estatuto do Índio esteve entre os temas debatidos, ontem, numa reunião entre o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, e o ministro do Interior, Rangel Reis. Embora os funcionários do Ministério tivessem procurado manter os jornalistas afastados do gabinete de Rangel, onde se realizou a demorada reunião, o próprio presidente da Funai admitiu, ao deixar o local, ter analisado com o ministro a possível modificação do documento, ao lado de outros assuntos que caracterizariam o encontro como um "despacho de rotina".

Durante o encontro, ficou combinado que o ministro Rangel Reis manterá contato hoje, no Rio, com o jurista Themístocles Cavalcanti, autor do anteprojeto do Estatuto do Índio, a fim de marcar para o dia 3 ou 4 de março uma reunião com o jurista, o general Ismarth e o procurador geral da Funai, no sentido de estudarem possíveis alterações do Estatuto, destinadas a acabar com as alegadas lacunas do documento.

Segundo Ismarth, neste encontro será feito "um pas-

seio pelo Estatuto", a fim de que não fiquem dúvidas e que sejam esclarecidos alguns pontos como o problema de terras. Para ele, o debate sobre o Estatuto não significa que questões fundamentais, como a emancipação das tribos, serão alteradas. Os indigenistas consideram que no momento a lei 6.001, que constitui o Estatuto, está omissa em diversos aspectos, não prevendo, por exemplo, a situação em que ficarão as terras ocupadas pelos grupos que forem emancipados.

Ao que tudo indica, ontem, durante o encontro de Rangel Reis com o general Ismarth, a questão da emancipação das comunidades indígenas foi novamente abordada e, por esse motivo, os funcionários receberam ordem de afastar a imprensa.

MANGUEIRINHA

Para o general Ismarth, não têm fundamento as acusações do cacique Kaingang Angelo dos Santos e Souza, eleito vereador pelo MDB no município de Mangueirinha, no Paraná, e do chefe guarani Norberto Poty, de que a madeira derrubada pela Fundação na área do posto indígena de Mangueirinha está devastando toda a reserva de pinheirós da região e que está sendo comercializada pelo Departa-

mento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI) sem que as tribos recebam a parte que lhes cabe, de 45 por cento sobre o total apurado.

Segundo Ismarth, a Funai não está devastando a área, uma vez que retira apenas madeira desvitalizada. Explicou ainda que os recursos arrecadados pelas áreas indígenas vão para o Programa de Desenvolvimento Comunitário (Prodec), para depois serem repassados da seguinte forma: 20 por cento para as comunidades carentes e 80 por cento para a tribo que gerou a receita.

Sobre as acusações de que a Funai "promete e não cumpre", Ismarth disse que para os Kaingangs e os guaranis de Mangueirinhas já foram enviados 100 rolos de arame, 100 quilos de grampo e 6 mil cruzeiros para o pagamento do transporte deste material. Lembrou, ainda, que, quando pedem um trator, sua liberação demora, porque o processo de licitação leva aproximadamente um mês.

Ismarth frisou, também, que, para toda área em que a Funai tem serraria, existe um projeto de reflorestamento. São plantadas 50 árvores para cada uma derrubada. Este ano em Mangueirinhas, a fundação pretende plantar 100 hectares de pinheiros.